



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- UEPB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARTA VALÉRIA SILVA ARAÚJO

**O DISCURSO MIDIÁTICO NO PROCESSO DE ADULTIZAÇÃO DA CRIANÇA: O  
DESAPARECIMENTO DA INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA  
EDUCATIVA**

Campina Grande- PB

2017

MARTA VALÉRIA SILVA ARAÚJO

**O DISCURSO MIDIÁTICO NO PROCESSO DE ADULTIZAÇÃO DA CRIANÇA: O  
DESAPARECIMENTO DA INFÂNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA  
EDUCATIVA**

Projeto para Trabalho de Conclusão de Curso  
– TCC, apresentado ao Curso de Pedagogia,  
como requisito parcial para cumprimento das  
atividades exigidas na disciplina do TCC.  
Orientação: Prof. Dra.Soraya Maria Barros de  
Almeida Brandão

Campina Grande- PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A658d Araujo, Marta Valeria Silva.

O discurso midiático no processo de adultização da criança [manuscrito] : o desaparecimento da infância e suas implicações na prática educativa / Marta Valeria Silva Araujo. - 2017.

36 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação : Profa. Dra. Soraya Maria Barros de Almeida Brandão, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."

1. Infância. 2. Discurso midiático. 3. Adultização infantil.

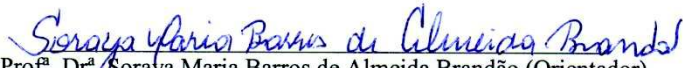
21. ed. CDD 371.58


MARTA VALÉRIA SILVA ARAÚJO

**O DISCURSO MIDIÁTICO NO PROCESSO DE NORMATIZAÇÃO E  
ADULTIZAÇÃO DA CRIANÇA: O DESAPARECIMENTO DA INFÂNCIA E SUAS  
IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA EDUCATIVA**

Aprovada em: 21/12/2017.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Soraya Maria Barros de Almeida Brandão (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Me. Jameson Ramos Campos  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristiane Maria Nepomuceno  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A todos aqueles que contribuíram de alguma forma para que este trabalho se concretizasse.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as bênçãos recebidas, por ser minha fortaleza em todos os momentos da minha vida;

Aos meus pais, Valdelúcio Alves e Maria José Mota, que me faltam palavras para traduzir o imenso amor que tenho por eles.

À minha irmã, Valmara, minha companheira de todas as horas.

Ao meu esposo e companheiro de vida, Elder, por estar sempre ao meu lado, me dando forças para vencer os obstáculos mais difíceis, por não me deixar desistir quando minhas forças se esgotavam e por dividir comigo todas as alegrias e tristezas da vida.

As minhas amigas da Universidade, Anne Caroline, Maria Divina, Silvilene Márcia e Viviane Bezerra com quem tive a oportunidade de compartilhar diferentes experiências ao longo do curso e por se tornarem parte da minha história.

À minha orientadora Soraya Brandão, que pacientemente, orientou-me na construção deste trabalho. A ela toda admiração e gratidão pela atenção e pelas contribuições relevantes na construção desta pesquisa.

À banca examinadora, Prof. Me. Jameson Ramos Campos e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Cristiane Maria Nepomuceno, por contribuírem com minha pesquisa.

Por fim, agradeço a todos os amigos e familiares que contribuíram de forma direta ou indireta para a concretização desse trabalho.

Não eduques as crianças nas várias disciplinas recorrendo à força, mas como se fosse um jogo, para que também possas observar melhor qual a disposição natural de cada um.

Platão

## RESUMO

O presente trabalho, intitulado “O discurso midiático no processo de adultização da criança: o desaparecimento da infância e suas implicações na prática educativa”, é resultado de uma pesquisa acerca da criança e da adultização infantil, cujo objetivo constitui-se em analisar a influência da mídia nesse processo, considerando que, cada vez mais, as crianças são expostas a diversos estímulos pertencentes ao mundo adulto. No tocante aos procedimentos metodológicos, o estudo qualitativo, envolveu um levantamento bibliográfico, fundamentalmente em observância aos aspectos midiáticos no processo de adultização da criança, bem como a análise de dados referente a imagens veiculadas na internet e na mídia televisiva. Nesse cenário, observa-se que não há uma “divisão” clara entre adultos e crianças, uma vez que comportamentos, características e práticas de consumo se confundem entre esses dois sujeitos. Como suporte teórico, nos apoiamos nos estudos de Ariès (1981), Postman (1999), Rousseau (2004), Del Priore (1991), Dornelles (2005), Brandão (2007), Kuhlmann JR (2004), Sarmiento (2004), Foucault (1989), dentre outros que discutem a infância e as práticas a ela destinadas, além de documentos oficiais que norteiam a Educação Infantil. Para um melhor entendimento da questão proposta, antes de tratarmos da adultização da infância, discorreremos sobre a história da criança e da infância, do medieval aos dias atuais, o que nos leva a compreensão de como a sociedade e, conseqüentemente, a escola lida com esse sujeito hoje. Os estudos nos mostram fatores que tendem a influenciar o comportamento infantil, estimulando-os a agirem como pequenos adultos. Nesse sentido, é importante que se tenha um olhar crítico sobre a influência midiática no comportamento das crianças, apontando para a necessidade de um olhar cuidadoso para com as experiências proporcionadas a estas, com vistas a promover atividades voltadas para as especificidades e particularidades do mundo infantil, distanciando-as do mundo adulto. Dessa forma, acreditamos que a escola, juntamente com a família, deve manter um diálogo permanente nesse sentido, garantindo o direito da criança de viver a sua infância.

**Palavras chaves:** Criança. Desaparecimento da infância. Discurso midiático.



## **ABSTRACT**

This term paper, entitled "The media discourse in the process of adultization of the child: the disappearance of childhood and its implications in educational practice", is the result of a research about the child and the adultization of the child process, whose purpose is to analyze the influence of the media, considering that, more and more, the children are exposed to many stimuli of the adult world. Based on the methodological procedures, the qualitative study involves a bibliographic survey, substantiated in observance of mediatic aspects in the adultification process of the child, as the analysis of data referring to images transmitted by the internet and television media. In this context is observed there isn't a clear "division" between kids and adults, once characteristics and practices of consumption it's "mixed" between these two subjects. As theoretic support, we rely on the studies of Ariès (1981), Postman (1999), Rousseau (2004), Del Priore (1991), Dornelles (2005), Brandão (2007), Kuhlmann JR (2004), Sarmiento (2004), Foucault (1989), among others that discuss childhood and the practices aimed, besides official documents that guided the child education. For better understanding of proposal, before discuss about the adultization of child process, we introduced about the history of child and childhood from the middle ages to nowadays, what allowed us to understand how the society and, consequently, the school deal with this subject today. the research show us elements that tend to influence the childish behaviour, stimulating to act like little adults. In view of the foregoing, it's extremely important a critical look under the media influence on child behavior, pointing the need for a careful look to experiences provided to them, with the intention of promoting activities focused on the specificities and particularities of the world of children, distancing themselves from the adult world. In this way, we believe that the school, along with the family, must keep a constant dialogue about it, reassuring the right of the kids to live their fully childhood.

**Key words:** Child. Disappearance of Childhood. Media speech

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Crianças à moda adulta .....	28
FIGURA 2 - Crianças à moda adulta .....	29
FIGURA 3 - Meninas estilosas .....	29
FIGURA 4 - Meninas estilosas .....	29
FIGURA 5 - Crianças à moda adulta .....	30
FIGURA 6 - Crianças à moda adulta .....	31

## SUMÁRIO

<b><u>1. INTRODUÇÃO</u></b> .....	12
<b><u>2. CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DA INFÂNCIA</u></b> .....	14
<b><u>2.1 Marcas da infância na sociedade medieval à infância no contexto atual</u></b> .....	14
<b><u>3. ADULTIZAÇÃO DE CRIANÇAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: O DESAPARECIMENTO DA INFÂNCIA E A CONSTRUÇÃO DE UM “NOVO VELHO SUJEITO”</u></b> .....	24
<b><u>3.1 Estratégias discursivas e produção de sujeitos: erotização do corpo infantil</u></b>	27
<b><u>3.2. O discurso midiático e o processo de adultização das crianças: implicações na prática educativa</u></b> .....	33
<b><u>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b> .....	36
<b><u>5. REFERÊNCIAS</u></b> .....	37

## 1. INTRODUÇÃO

Estudos e discussões sobre a infância tem revelado o quanto os meios midiáticos tem influenciado o comportamento de crianças, com práticas adultocêntricas, sobretudo, no que tange ao consumo de produtos, a erotização do corpo infantil e a sua inserção no mundo de compromissos que não condizem com o lugar social em que essas devem ocupar. Lugar esse que deve ser ocupado por uma criança que brinca, que cria, que imagina, que inventa..., que vive a sua infância. Um mundo mágico, repleto de fantasia, em consonância com a especificidade da infância fazendo valer os seus direitos, dentre eles, o direito de ser criança.

Lamentavelmente, grande parte da programação oferecida pelos canais midiáticos, sobretudo, a publicidade e os programas televisivos, apresentam temas inadequados para as crianças, a exemplo da erotização do corpo, por meio de apelos sedutores dos comerciais, provocando, com isso, uma mudança no comportamento infantil. Basta ver como as crianças dançam, se vestem e se alimentam, dentre muitos outros comportamentos do mundo adulto, influenciados pela demasiada exposição midiática. Vale ressaltar que, em muitas famílias, a televisão é o único meio de diversão, o que faz com que muitos dos pais percam o controle sobre o seu filho, até mesmo pelo fato de trabalharem o dia inteiro.

A ideia de investigar essa temática se deu por buscar respostas que possam atender as seguintes questões norteadoras em estudo: compreender como acontece a adultização através dos discursos visuais, sobretudo os meios midiáticos? Qual a importância da escola, sobretudo, das instituições de Educação Infantil nesse processo de formação das crianças e nas suas interações com o mundo adulto?

No tocante, em relação aos procedimentos metodológicos, podemos afirmar que o presente estudo trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, que segundo Gil (2005), esse tipo de pesquisa, oferece maior familiaridade com o problema, com vistas de construir hipóteses ou torná-lo mais explícito. Portanto, o estudo envolveu um levantamento bibliográfico, fundamentalmente em observância aos aspectos midiáticos no processo de adultização da criança, bem como a análise de discursos visuais e de dados referentes a imagens veiculadas na internet e na mídia televisiva, imagens essas que comprovam a adultização da criança, expostas em sites de roupas infantis, a

exemplo do site <http://www.futilish.com/2011/01/coisas-de-crianca/> e na mídia televisiva através de umas das personagens da novela Carrossel do SBT.

Os dados foram analisados com bases nos estudos de Ariès (1981), Postman (2012), Rousseau (2004), Del Priore (1991), Dornelles (2005), Brandão (2007), Kuhlmann JR (2004), Sarmiento (2004), Foucault (1989), dentre outros que discutem a infância e as práticas a ela destinadas, além de documentos oficiais que norteiam a Educação Infantil.

Nesse cenário, observa-se que não há uma “divisão” clara entre adultos e crianças, uma vez que comportamentos, características e práticas de consumo se confundem entre esses dois sujeitos.

Para um melhor entendimento desse estudo, o organizamos em dois capítulos. No primeiro capítulo, discorremos sobre a construção sócio histórica da infância, do medievo aos dias atuais.

No segundo capítulo, abordamos o processo de adultização das crianças bem como a erotização do corpo infantil e sua implicação nas práticas educativas pelo discurso midiático.

Tais estudos nos mostram fatores que tendem a influenciar o comportamento infantil, estimulando-os a agirem como pequenos adultos. Nesse sentido, é importante que se tenha um olhar crítico sobre a influência midiática no comportamento das crianças, apontando para a necessidade de um olhar cuidadoso para com as experiências proporcionadas a estas, com vistas a promover atividades voltadas para as especificidades e particularidades do mundo infantil, distanciando-as do mundo adulto. Dessa forma, acreditamos que a escola, juntamente com a família, deve manter um diálogo permanente nesse sentido, garantindo o direito da criança de viver a sua infância.

## 2. CONSTRUÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DA INFÂNCIA

### 2.1 Marcas da infância na sociedade medieval à infância no contexto atual

Demandas atuais por uma Educação Infantil de qualidade, procedentes das novas políticas educacionais em que compreendem a criança como sujeito histórico e de direitos, vêm provocando discussões em torno da significação da infância, bem como desse nível de educação e da nova postura dos educadores frente ao processo de desenvolvimento da criança. Saber da concepção de criança e de infância ao longo do tempo nos traz marcas que determina a forma como a sociedade e, conseqüentemente, a escola lida com esses sujeitos hoje.

Nesse sentido, a forma como os educadores compreendem a criança e a infância são elementos definidores para a construção de uma proposta pedagógica numa perspectiva sócio história, a que se propõe uma Pedagogia da Infância.

Vale ressaltar que a infância é uma categoria permanente, resultado de uma construção biopsicossocial, o que implica dizer que existem diferentes infâncias em diferentes tempos e espaço. Essa compreensão nos leva a discutir, brevemente, a infância da sociedade medieval até os dias atuais.

Ariès (1981), em sua obra “História Social da Criança e da Família”, apresenta como as crianças eram concebidas, representadas e qual posição ocupavam na sociedade nos séculos XVI e XVII. Para o autor, do período medieval até o século XII, não existia um sentimento de infância, ou seja, uma consciência da particularidade infantil que distinguisse essencialmente a criança do adulto. Sendo assim, as crianças eram retratadas como adultos em miniaturas, não havendo diferença nos traços físicos e nas vestimentas. Em outras palavras, ambos, adultos e crianças, eram representados por meio de estátuas e pinturas enfatizando as mesmas formas e características do adulto, apenas, no caso das crianças, reproduzidas numa escala menor. Segundo Ariès (1981, p.32),

Assim que a criança deixava os cueiros, ou seja, a faixa de tecido que era enrolada em torno de seu corpo, ela era vestida como os outros homens e mulheres de sua condição. [...] a Idade Média vestia indiferentemente todas as classes de idade, preocupando-se apenas em

manter visíveis através da roupa os degraus da hierarquia social. Nada, no traje medieval, separava a criança do adulto.

Assim consideradas, as crianças, mal adquiriam um desembaraço físico, já eram inseridas no mundo adulto, inclusive em orgias. Nesse sentido, como afirma Ariès (1981, p. 10), “[...] de criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em jovem, sem passar pelas etapas da juventude [...]”.

No entanto, é importante chamar a atenção para o fato de que mesmo sendo tratadas como adultos, as crianças eram consideradas incapazes, improdutivas e portadoras de comportamentos irracionais, o que fazia com que essas fossem logo adultizadas, ou seja, essa era uma fase da vida que teria que ser superada.

O estudo histórico de Ariès (1981) afirma, também, que ainda na Idade Média surge o “sentimento de paparicação”, em que a criança passa a ser considerada uma fonte de relaxamento e distração para o adulto (um bichinho de estimação). “Originalmente, esse sentimento pertencera às mulheres, encarregadas de cuidar das crianças - mães ou amas” (ARIÈS, 1981, p. 158). A esse respeito, no prefácio de sua obra, o autor assegura:

A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade. Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei ‘paparicação’ – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÈS, 2006, p. 10)

Mesmo sendo tratada como um bichinho inocente, a criança participava dos acontecimentos sociais sem distinção, como as festas noturnas e as brincadeiras adultas, o que levou os moralistas e eclesiásticos da época (Sec. XVII) repugnar a forma como essas crianças eram tratadas, o que deu origem a um novo sentimento de infância: “Sentimento de Moralização”, o que pressupunha a retirada das crianças do seio da família para serem disciplinadas em uma espécie de “Quarentena”. Esse sentimento considera a criança como um ser imperfeito e incompleto, que precisa ser moralizada pelo adulto. Vale ressaltar que a “Quarentena” era o tempo em que as crianças ficavam separadas dos adultos em instituições escolares para serem moralizadas, antes de serem inseridas no mundo adulto. Na verdade, era um espaço de enclausuramento onde as

crianças eram mantidas à distância dos adultos. Nesse espaço, as crianças além de serem disciplinadas, também eram alfabetizadas. Dessa forma, a infância se estendia até quase todo o período do ciclo escolar.

Chamamos a atenção para o fato de que, nos dias atuais, ainda se percebe esse cunho disciplinar e moralizante da escola, cujos conteúdos estão voltados para a docilização de corpos, negando, com isso, uma criança produto e produtora de cultura.

Diante desses pressupostos, entendemos que esse Sentimento de Moralização (indício de um reconhecimento da infância) fez com que os adultos reconhecessem que as crianças precisavam de tratamento especial, tomando alguns cuidados em relação àquilo que se faz ou se fala na frente de uma criança, bem como pelos seus estudos.

[...] os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. [...] A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ÁRIES, 1981, p.12).

Apesar de todo o cuidado com a criança nesse período, a percepção de um momento específico da infância, considerando suas particularidades e sua singularidade, entendidas como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio e, portanto, dignas de ser estudadas por si sós, ainda não se consolida no medievo. Isso só vai acontecer na sociedade moderna (virada do século XVIII para o século XIX).

Observa-se, nos estudos de Ariès, que durante a Idade Média, as crianças eram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia. É importante ressaltar que muitos outros estudos em relação à concepção de infância contrapõem-se os estudos de Ariès, considerando as diferentes concepções sobre a infância em diferentes tempos e lugares, a exemplo dos estudos de Kuhlmann Jr. (2004) que defende a existência de um sentimento de infância já na Idade Média, quando aponta os historiadores Pierre Riché e Daniele Alexandre Bidon, cujos estudos mostram a existência de um sentimento da especificidade da infância naquela época: “[...] Os registros paroquiais, as cartas, a literatura romanesca, os textos jurídicos e médicos, os tratados de educação, as biografias dos santos, também mostram que as fontes não estavam mudas em relação à infância da idade média” (KUHLMANN JR., 2004, p.22).



Ademais, o autor defende, ainda, que no Brasil, desde a Colônia (século XVI), já havia evidências de um sentimento de infância, quando os jesuítas separavam as crianças por idade nas escolas de catequese, a partir do programa educacional *Ratio Studiorum* que estabelecia essa divisão.

Abrimos um parêntese para esclarecer que esse contrapondo, dentre outros, não invalida nosso estudo, uma vez que pretendemos, ao fazermos essa retrospectiva histórica, discutir como eram vistas as crianças em vários momentos da história e o modo de ser criança na atualidade.

Voltando a questão da infância, o modo como a criança era vista e o tratamento a ela destinada já era denunciado no século XVII por Rousseau (2004), em sua obra *Emílio ou Da Educação*, quando retrata uma organização social caracterizada pelo mundo adulto, não levando em consideração o mundo infantil e suas características próprias, cujos desdobramentos pedagógicos preocupava-se com a disciplina e a memorização de conteúdos pela criança, forçando-a a desenvolver capacidades que somente mais tarde terá condições de desenvolver, assim por ele mencionado:

Que devemos pensar, então, dessa educação bárbara que sacrifica o presente por um futuro incerto, que prende uma criança a correntes de todo tipo e começa por torna-la miserável, para lhe proporcionar mais tarde não sei que pretensa felicidade de que provavelmente não gozará jamais? Mesmo que eu considerasse razoável essa educação por seu fim, como encarar sem indignação essas pobres infelizes submetidas a um jugo insuportável e condenadas a trabalhos contínuos como os galeotes, sem ter certeza de que tantos trabalhos algum dia lhes serão úteis! A idade da alegria passa-se em meio a prantos, a castigos, a ameaças, à escravidão (ROUSSEAU, 2004, p. 72)

Diante disso, Rousseau formula um novo conceito de infância e um tratado de educação, priorizando-a como uma etapa específica e decisiva do desenvolvimento humano, levando em consideração as necessidades da criança e a valorização de suas especificidades, compreendendo essa etapa da vida como sendo o modo de ser mais natural do ser humano. Nesse sentido, para o autor,

Para não correremos atrás de quimeras, não nos esqueçamos do que convém à nossa condição. A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, e a infância tem o seu na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança. Determinar para cada qual o seu lugar e ali fixá-lo, ordenar as paixões humanas conforme a constituição do homem é tudo o que podemos fazer pelo seu bem estar (ROUSSEAU, 2004, p. 73-74).

Com isso, Rousseau representou um rompimento paradigmático na concepção de criança e na educação a ela destinada, permitindo uma nova proposta educacional que considere esse sujeito particular, o que ele denomina de educação da natureza pela natureza.

Dessa forma, considerar a criança em seu próprio mundo é, antes de tudo, estar atento as suas particularidades e, de modo especial, as suas necessidades naturais.

Assim, devemos entender que a criança não é um adulto em miniatura, pois a mesma é um ser que está vivendo uma fase especial e deve receber a atenção e o respeito que uma criança merece.

Na mesma perspectiva Brandão (2007, p. 49) compreende que:

O que Rousseau defende, também, é que os adultos façam da criança um homem – o que já significa considerar que ela não é um “adulto em miniatura” - e que os adultos deixem a criança ser criança, de modo que a infância aconteça, pois ela é o que há de melhor nos homens. A educação da criança segundo a natureza não significa para ele deixar a criança à própria sorte, mas à ação da natureza, sob o acompanhamento vigilante do preceptor.

Nesse sentido, Rousseau (2004) faz uma crítica a forma de intervenção dos adultos na vida das crianças, considerando que os adultos deveriam interferir somente quando necessário, para que tentando protegê-las, pais e mestres não bloqueassem o desenvolvimento natural dos pequenos.

Esse conceito de infância, traçado em linhas educativas por Rousseau (1999), se reafirma na Idade Moderna, quando as crianças passaram a ser vistas não só como um sujeito de pouca idade, mas como um ser social com características e necessidades próprias. É a partir daí que a criança passa a vestir-se de forma diferenciada do adulto e a distanciar-se de práticas adultizadas e é quando se dá o surgimento da Psicologia do Desenvolvimento, destacando os estágios cognitivos e o conhecimento como um processo contínuo de construção, o que Piaget, no século XX, trataria de forma mais sistemática, reforçando o que Rousseau já havia enfatizado: de que a criança precisa ser respeitada em seu desenvolvimento físico e cognitivo e que esse processo difere de uma criança para outra, o que significa não apressar nem julgar a criança nas condições que não lhes são própria. O contrário disso seria considerar a criança um adulto em miniatura.

Assim, a modernidade traz uma nova categoria de discurso sobre a infância, o que assegura que a criança é um sujeito dotado de direitos, pois são cidadãos como os adultos, por isso devem ser protegidas e respeitadas. É importante salientar que essa distinção não se estabelece em todas as situações sociais vividas pela criança, ou seja,

há processos desiguais de socialização, que levam algumas crianças a não viverem a sua condição de direitos.

Em relação à como viveram ou eram vistas as crianças em vários momentos da história do Brasil, Mary Del Priore (2010) organiza a obra “História da criança no Brasil”, constituída por escritos de diversos autores. Nela, evidenciamos “A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI (RAMOS, 1999), que relata a triste realidade que essas crianças sofreram a bordo das naus quinhentistas, ocupando cargos e funções de adultos, além da fome e dos abusos físicos e sexuais dos marinheiros. Dentre essas crianças, existiam os grumetes e os pajens. Os grumetes eram crianças recrutadas como aprendizes de marinheiro, que na falta de mão-de-obra adulta, assumiam suas funções. Geralmente eram pedintes ou órfãos. De acordo com Ramos (1999), os métodos de recrutamento eram muitas vezes arbitrários, havendo até mesmo raptos, como no caso das crianças judias o que acabou representando um verdadeiro controle forçado da população judaica.

Os pajens, ao contrário dos grumetes, possuíam melhor condição de vida e trabalhavam nas embarcações como acompanhantes e/ou serviçais de passageiros mais abastados ou nobres. Mesmo assim, não escapavam dos maus tratos ou do perigo da pedofilia que rondava as naus portuguesas pelos oficiais, marinheiros e até mesmo por seus parentes. As meninas, a maioria órfãs, tinham que ser guardadas e vigiadas, cuidadosamente, a fim de manterem-se virgens, pelos menos, até que chegassem à colônia para realizar o matrimônio. Assim, eram confiadas a um religioso para mantê-las seguras e não serem estupradas.

Quanto o processo de adultização da criança através do trabalho, esta prática continua sendo uma realidade lastimável de muitas regiões brasileiras e de outros países, especialmente nas regiões subdesenvolvidas. Milhares de crianças ainda deixam de ir à escola para ajudar seus pais no sustento da casa, tendo, com isso, uma violação dos seus direitos, o que contraria a Constituição Federal (1988) que preconiza, em seu artigo 227, os direitos fundamentais da criança, quais sejam: o direito à dignidade, à educação, à saúde, ao lazer, à alimentação, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à vida, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Estes são direitos a serem respeitados e efetivados conjuntamente pela família, pela sociedade e pelo Estado de forma compartilhada.

A extensão de direitos fundamentais atribuídos à criança preconizados pela Constituição Federal (Art. 227, CF/88) é um avanço que, a passos lentos, vem se

concretizando, mas que pode gerar um clima de incredulidade quando os olhamos pela lente da realidade da infância brasileira em alguns contextos sociais. Assim, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, conforme expresso em seu Art. 18: **“É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL – ECA, 1990).** No entanto, há vários fatores que podem levar uma criança e um adolescente a terem seus direitos negados em diferentes cenários, quando, muitas vezes, suas capacidades são potencializadas para que possam ser futuramente um adulto bem sucedido no mercado de trabalho, comprometendo, com isso, a sua infância.

Ademais, observa-se, através da mídia, um modelo de sociedade imposto às crianças e aos jovens, envolto a crise de valores éticos, sociais e morais. Conforme a publicação da UNICEF, “Direitos negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil” (UNICEF, 2006, p. 75), “para as crianças e adolescentes, a TV se torna uma organizadora da rotina familiar e uma fonte de aprendizado tanto social quanto cognitivo”. Nesse sentido, a forma de conduzir-se na sociedade, tais como o modo de ser, moda, padrões estéticos, morais e sociais, dentre outros, são apresentados de forma indistinta às mais diversas faixas etárias de audiência, estruturando o comportamento de todos (UNICEF, 2006).

Ressaltamos que a Declaração Universal dos Direitos da Criança (UNICEF, 2006), em seu Princípio VII, nos deixa claro que "a criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar as atividades recreativas, que devem ser orientadas para os mesmos objetivos da educação; a sociedade e as autoridades públicas deverão esforçar-se para promover o gozo destes direitos" Porém, como já mencionamos, vivenciamos uma realidade em que a criança está envolto a direitos de cidadania, mas sem condições para exercê-la, pois não existe um espaço reservado para a criança vivenciar sua infância em sua plenitude. Se não são agendas lotadas de atividades que sobrecarregam seu dia, fazendo que elas deixem de brincar, são crianças que por fatores de ordem socioeconômica são desprovidas desse direito. E, por isso, são empurradas de maneira precoce para o universo adulto, ponto de partida do “apagamento” da infância.

Hoje, a criança é compreendida, a partir de vários estudos no campo da Sociologia da Infância, como um sujeito histórico e de direitos, conforme preconiza os documentos oficiais e ordenamentos legais. Nessa perspectiva, a criança é entendida

como um ser do presente que participa ativamente na construção de sua própria história e na produção de uma cultura infantil. Tomando como referência os estudos de Sarmiento (1997/2004), a cultura da infância exprime a cultura da sociedade onde está inserida, mas fazem-no de modo distinto das culturas adultas, o que representa, para ele, a interpretação da autonomia da criança em relação aos adultos. Nesse sentido, as culturas infantis são vinculadas à ludicidade e ao trânsito entre o imaginário e o real tão característico da infância. De acordo com o referido autor, os eixos estruturadores das culturas da infância são: a *interatividade*, a *ludicidade*, a *fantasia do real* e a *reiteração* (SARMENTO, 2004).

Para Sarmiento (2004, p.22), a “*interatividade* entre criança-criança e criança-adulto permite que a criança aproprie, reinvente e reproduza o mundo que a rodeia”. O autor ressalta que as aprendizagens pelas quais as crianças passam são estabelecidas na cultura de pares que, conforme defende Corsaro (2009 apud SARMENTO, 2004, p. 23), corresponde a “[...] um conjunto de atividades ou rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e partilham na interação com os seus pares”.

Quanto à *ludicidade*, o autor defende a brincadeira como uma linguagem e como um recurso privilegiado que possibilita a ampliação do conhecimento da realidade. Através do brincar, a criança expressa suas emoções (manifestação do eu) e o modo como compreende o mundo. Ainda em relação ao brincar, Sarmiento (2004, p. 25) enfatiza que para a criança, entre brincar e fazer coisas sérias não há distinção, “[...] sendo o brincar muito do que as crianças fazem de mais sério”.

Em se tratando da *fantasia do real*, o autor atenta para a possibilidade de as crianças entrarem e saírem, continuamente, do universo da fantasia/realidade. O mesmo defende que “O ‘mundo de faz de conta’ faz parte da construção pela criança da sua visão do mundo e da atribuição do significado às coisas” (SARMENTO, 2004, p. 26). Por último, a *reiteração*, a qual o autor justifica que o tempo da criança é recursivo, “continuamente reinvestido de novas possibilidades, um tempo sem medida, capaz de ser sempre reiniciado e repetido” (SARMENTO, 2004, p. 28). De acordo com o autor, o tempo recursivo da infância se expressa tanto [...] no plano sincrônico, com a contínua recriação das mesmas situações e rotinas, como no plano diacrônico, através da transmissão de brincadeiras, jogos e rituais das crianças mais velhas para as crianças mais novas, de modo continuado e incessante, permitindo que seja toda a infância que se reinventa e recria, começando tudo de novo (SARMENTO, 2004, p. 29).

Partindo dessa discussão, propõe-se uma nova perspectiva de entendimento da infância, haja vista que as crianças, por meio dos eixos estruturadores da Cultura Infantil: a *interatividade*, a *ludicidade*, a *fantasia do real* e a *reiteração*, desenvolvem suas formas específicas de comunicação, de ser e estar no mundo, produzindo culturas, a partir de uma lógica própria, não menos elaboradas que a do adulto.

Sirota (2001 apud LUZ, 2008, p.23), ao se referir à pertinência da Sociologia da Infância, esclarece que “não se trata de opor ideologias [...] mas de compreender aquilo que a criança faz de si e aquilo que se faz dela, e não simplesmente aquilo que as instituições apontam pra ela”. Nesse sentido, entendemos que as crianças devem ser consideradas como atores nos processos sociais em sentido pleno e não como seres em devir. Com vista nisso, se faz necessário um olhar mais investigativo para a experiência infantil em função das perspectivas próprias às crianças. Nesse sentido, esse novo cenário que surge a partir da Sociologia da Infância oportuniza o olhar para criança e para infância tendo em vista suas especificidades para melhor compreensão do ser humano como sujeito cultural e construtor das suas vivências e manifestações.

Observa-se, ao longo deste estudo, que já se desenhava no Sec. XVIII, com Rousseau, uma concepção de infância voltada para um sujeito singular e particular, cujas práticas educativas deveriam estar voltadas para as necessidades e interesses da criança. No entanto, hoje assistimos uma reconstrução da criança enquanto adulto em miniatura, a partir do processo de adultização midiática da criança que incentiva o consumo de programas e produtos normalmente desnecessários para uma criança, conforme veremos a seguir.

Faz-se necessário destacar que o sentimento da infância é, portanto, cultural e historicamente modificado e construído. As imagens que representam a infância, os trajes a ela atribuídos, os costumes e hábitos a ela permitidos, a moral e os bons costumes da época, juntamente com os valores dos (as) educadores (as), constituem a pluralidade de infâncias estudadas por diversas áreas. Portanto, o sentimento da infância se diferencia a cada momento histórico e isso é fortemente observado nas formas de se representar a criança ao longo do tempo.

Referindo-se à relação entre adultos e criança, Rousseau (2004) destaca a importância de reconhecer as necessidades da criança para não impor-lhes as suas, o que implica em entendê-la em seu estado de natureza, reconhecendo suas especificidades. Nesse sentido, o adulto deve auxiliar a criança em suas necessidades básicas, não caindo na artificialidade. Com isso, entendemos que Rousseau denunciava o fato de que a

ordem social não levava em consideração o mundo infantil e suas características próprias, ou seja, criticava que os adultos interferiam no curso espontâneo do desenvolvimento da criança, antecipando práticas adultocêntricas.

Em relação ao processo de adultização da criança na sociedade contemporânea, discorreremos a seguir, considerando a volta de um “novo velho sujeito”, uma vez que as práticas adultocêntricas têm levado as crianças, na atualidade, a se comportarem como adultos.

### **3. ADULTIZAÇÃO DE CRIANÇAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: O DESAPARECIMENTO DA INFÂNCIA E A CONSTRUÇÃO DE UM “NOVO VELHO SUJEITO”**

Para discutirmos o tema em questão, a “adultização da criança”, destacamos também os estudos Neil Postman, tendo como referência uma de suas mais importantes obras, intitulada “O desaparecimento da infância”, em que o autor, logo no Capítulo 1 “Quando não havia criança”, afirma que garotas de doze a treze anos são as modelos mais bem pagas dos Estados Unidos. Segundo Postman (2012), essas garotas são apresentadas ao público como se fossem mulheres adultas, espertas e, sexualmente, atraentes, expostas num ambiente de erotismo, cujo símbolo valoriza a personificação da idade adulta.

Postman (2012) afirma que no decorrer dos XVIII e XIX, torna-se visível a diferença entre crianças e adultos. Nesse período, muitos artefatos começam a surgir diferenciando crianças e adultos, a exemplo da pediatria infantil, a literatura infantil, lançamento de livros escolares seriados, bem como a organização de classes escolares de acordo com a idade cronológica das crianças, o que caracterizava a estrutura do desenvolvimento infantil. Isso, conforme já foi dito no item anterior, levou a uma nova concepção de infância, em que se entendia que a criança é importante em si mesma, devendo ser valorizada em sua individualidade, ideias estas defendidas por Rousseau (1999).

Ao tratar dessa nova concepção de infância, Postman (2012, p.29) traz como crucial na diferenciação entre adultos e crianças a ideia de vergonha quando diz que:

Poderíamos dizer que uma das principais diferenças entre um adulto e uma criança é que o adulto conhece certas facetas da vida – seus mistérios, suas contradições, sua violência, suas tragédias – cujo conhecimento não é considerado apropriado para as crianças e cuja relação indiscriminada é considerada vergonhosa.

Na atual configuração social, tem se tornado cada vez mais evidente a indiferenciação entre crianças e adultos. Ambos veem os mesmos programas de TV, têm refeições iguais, vestem-se iguais e vivem a correria do dia a dia, isto é, as crianças estão sendo introduzidas no cotidiano dos adultos assumindo responsabilidades e ocupando-se de uma rotina que rompe com as fronteiras adulto/criança, assim como seus ritos de passagem. Essa forma adultizada em que as crianças vivem, contrapõe-se,



em parte, ao conceito atual de infância, que considera as particularidades e especificidades da criança. Sob essa análise, nos remetemos ao medievo e, assistimos, mais uma vez, a representação da criança como um adulto em miniatura. Não estamos aqui querendo dizer que a criança volta a não existir como um elemento significativo no mundo dos adultos, mas, na nossa compreensão, muitas crianças perderam a infância e o tempo de brincar, ou seja, o tempo de serem crianças, simplesmente.

Em seus estudos, Postam (2012) afirma que a infância está “desaparecendo” e coloca a mídia como ponto central nesse desaparecimento. Em relação a isso, o autor faz uma crítica ao uso das mídias quanto a sua facilidade em permitir o acesso da criança ao universo adulto, um universo que contém informações que antes eram restritas e que agora circulam pelas mídias, tais como TV, internet, revistas, etc., as quais são de fácil acesso para as crianças. Em concordância com Postam (2012), entendemos que a infância está “desaparecendo” no sentido de que muitas crianças, independente da situação sócio econômica em que estão inseridas, têm vivenciado novos espaços reconfigurados para atender a argúcia do mundo cibernético sob a influência midiática advindas de uma cultura adultocêntrica que tem promovido, ao público infantil, novos e encantadores redutos de consumo, com novas formas de disciplinamento e desejos, produzindo um “novo velho sujeito”: o adulto em miniatura ou pseudo-adultos.

Para Postman (2012), os significados da infância são moldados na esfera da cultura e não pelo biológico. Assim sendo, a infância é um produto cultural e histórico. Não temos, portanto, uma infância única, natural e atemporal. Com isso, o autor deixa claro que o surgimento ou o desaparecimento da infância está diretamente relacionado com os modelos de sociedade existente.

Com base nisso, Postman (2012) afirma que o desenvolvimento da mídia eletrônica, sobretudo a televisão, transformou a infância, uma vez que esta traz modificações de suas características, a exemplo das roupas infantis que copiam o estilo adulto, na linguagem “adultizada”, no desaparecimento da brincadeira espontânea e jogos infantis, bem como o conteúdo exposto em novelas, filmes, etc, onde a informação é apresentada numa forma indiferenciada, cujas facetas levaram a uma proximidade entre o mundo das crianças e o dos adultos, ou seja, crianças “adultizadas” levando, ao “desaparecimento” da infância. Nesse sentido, o autor vê uma volta à situação medieval, na qual as crianças eram expostas a todas as conversas dos adultos e a artefatos que não lhes eram adequadas. Em relação a isso, Postman (2012, p. 89) traz

para a discussão o advento e a velocidade dos meios de comunicação e o declínio da infância:

A competição da velocidade da informação e da imagem produzida em massa tornou a infância obsoleta, ao mesmo tempo que foi concebida como um acessório permanente, período esse em que a televisão se instalara firmemente nos lares americanos.

Nesse sentido, o autor mostra que o advento da mídia eletrônica, sobretudo da televisão, permitiu que as crianças tivessem um maior acesso a todos os tipos de informações, perdendo, com isso, o conceito de vergonha, argumento central descrito por ele para justificar o “desaparecimento” da infância, pois que, segundo suas palavras: “é a televisão revelando os segredos dos adultos” (POSTMAN, 2012, p. 109).

Ao tratar dessa “criança em extinção”, Postman (2012), em seu capítulo 8, conforme já abordamos, aponta alguns indicativos do desaparecimento da infância, tais como:

[...] o início da puberdade no sexo feminino vem caindo cerca de quatro meses por década nos últimos cento e trinta anos, de modo que, por exemplo, em 1900, a idade média em que a menstruação acontecia era de aproximadamente quatorze anos; ao passo que em 1979, a idade média era doze anos (p.135).

[...] a queda da arrecadação do império da Walt Disney, é a concepção de Disney do que uma criança é e necessita que está desaparecendo (p.139).

A indústria de roupas infantis passou por grandes mudanças na última década, de modo que o que era outrora inequivocadamente reconhecido como roupa ‘infantil’ praticamente desapareceu. Garotos de 12 anos agora usam ternos em festa de aniversários (p.142).

Os jogos infantis, que na verdade, estão desaparecendo. [...] o jogo infantil se tornou uma preocupação dos adultos, se tornou profissionalizado, não é mais um mundo separado do mundo dos adultos (p.143, 144)

Vale ressaltar que as crianças são fascinadas pela televisão porque ela lhes conta histórias, mostra imagens de todos os lugares do mundo, coisas que elas não viveriam de outra forma. Portanto, faz-se necessário conhecer as potencialidades que a televisão tem de favorável para a aprendizagem da criança, mas cabe aos pais atuar nessa formação e conhecer os programas que os filhos assistem e analisar seus valores e ideais.

É possível observar que a maioria das crianças hoje não quer receber de presente uma boneca ou um carrinho, mas querem um smarthfone, tablete e roupas de moda. Nossos pequenos estão sendo cada vez mais envolvidos pelo universo adulto.

Infelizmente tem se comprovado o que Postman (2012) afirma, “há um desaparecimento da infância”. Dessa forma, percebe-se que igualmente aos adultos, as crianças vão criando gosto por essa mania de usar a tecnologia como parte do seu dia-a-dia, no entanto, sendo a infância um período de crescimento do ser humano que vai do nascimento até a puberdade, observa-se que as crianças não se adultizam por conta própria, sempre há um adulto como agente adultizador deste processo, além da mídia que detém de uma importante influência na construção da concepção de infância na sociedade contemporânea, contribuindo, assim, para uma visão “adulta” da infância. Dessa maneira, a mídia vai construindo um “novo velho sujeito”, capaz de esquecer suas atitudes, brincadeiras e sua própria cultura infantil se comportando como meros adultos.

### **3.1 Estratégias discursivas e produção de sujeitos: normatização e erotização do corpo infantil**

Ao discutir a erotização precoce das crianças, Postman (2012) afirma que as crianças praticamente desapareceram da mídia e, quando são mostradas, são representadas com forte apelo ao consumo, sobretudo, do consumo de produtos apropriados para o adulto, em quem meninos e meninas se espelham, tais como vestimentas, acessórios, brinquedos, dentre outros, conforme atestamos no comercial abaixo.



Figura 1 - Crianças à moda adulta.

Fonte <http://www.futlish.com/2011/01/coisas-de-crianca/>

Além da representação adulta observada nas imagens, a denominação do site da publicidade evidencia que vestir-se ou comportasse-se como adulto, tornou-se tão naturalizado que faz parte do mundo infantil, ou seja, são “coisas de criança”. Isso nos faz retroceder a Idade Média, a exemplo das pinturas dos séculos XIII e XIV que retratavam as crianças como um adulto em miniatura, onde tudo que acontecia era partilhado entre crianças e adultos.

Diante disso, em concordância com Postman (2012), entendemos que o comportamento, a linguagem, as atitudes e os desejos das crianças tornam-se cada vez mais indistinguíveis, ou seja, há uma quebra da linha divisória entre crianças e adultos. Nesse sentido, Postman (2012, p.13) afirma que “[...] a inocência e a curiosidade das crianças se degradam e depois se transfiguram nos traços medíocres de pseudoadulto”, o que para ele, é doloroso, desconcertante e, sobretudo, triste”.

No cenário abaixo, o uso dos corpos infantis, especialmente os corpos femininos, visibilizados como desejáveis, têm sido uma constante na mídia brasileira, seja através da publicidade impressa ou televisiva, seja através de outdoors ou mesmo programas de TV (novelas, minisséries, etc.).



Figura 2- Crianças à moda adulta

<https://roupas.mercadolivre.com.br/calçados-roupas/tal-mae-tal-filha>



Figura 3 e 4 – Meninas estilosas

Personagem de Larissa Manoela na novela Carrossel SBT

<http://natelinha.uol.com.br/busca/?s=Maria%20Joaquina>

Ressaltamos que esses meios midiáticos permitem o acesso infantil a informações do mundo adulto, afetando drasticamente as vivências infantis, acarretando uma crise da infância contemporânea. Isso faz com que ocorra uma mudança de valores infantis, pois as crianças têm sido alvo de um forte apelo comercial, sendo descobertas como consumidoras de brinquedos, vestuários, acessórios, o que leva a normatização e erotização do corpo infantil, como já falamos. Nesse sentido, Postman (2012, p. 94)

afirma que mídia desempenhou importante papel na campanha para apagar as diferenças entre a sexualidade infantil e adulta. Para ele, “O novo ambiente midiático que está surgindo fornece a todos, simultaneamente, a mesma informação”.

Diante disso, Postman (2012, p. 104) afirma:

O mundo do conhecido e o do ainda não conhecido está ligado pela ponte do espanto. Mas o espanto acontece em grande parte numa situação em que o mundo da criança está separado do mundo do adulto, onde as crianças devem procurar entrar mediante suas perguntas. Como a mídia funde os dois mundos, como a tensão criada pelos segredos a serem desvendados diminui, o cálculo do espanto muda. A curiosidade é substituída pelo cinismo, ou pior ainda, pela arrogância. Restam-nos, então crianças que confiam, não na autoridade do adulto, mas em notícias vindas de parte nenhuma. Restam-nos crianças que recebem respostas a perguntas que nunca fizeram. Em resumo não nos resta mais nenhuma criança (POSTMAN, 2012, p. 104)

Em síntese, desde cedo, acontece o fenômeno da adultização das crianças, marcada pelo enfraquecimento entre as fronteiras da infância e da idade adulta, tendo como principal veículo os meios de comunicação, cujo mercado de consumo, por meio dos produtos ofertados e da publicidade, leva as crianças a se aproximarem cada vez mais de comportamentos, atitudes, hábitos e ações típicas de uma vida de adulto. Vale ressaltar que as crianças passam horas diante da TV atentas não só aos programas infantis, mas a toda e qualquer programação, inclusive aos comerciais que podem influenciar na adultização infantil, conforme veremos a seguir.



Figura 5 Crianças à moda adulta

Fonte: <http://sergios.com.br/blog/grandes-tendencias-pequenos-estilosos/>





Figura 6 Crianças à moda adulta

Fonte: <http://caras.uol.com.br/bebe/roupas-crianca-alonso-mateo-instagram-moda-vaidade-infancia#.WYz8TRXyvIU>

Nestas imagens, as exposições de crianças no mundo da moda referem-se ao incentivo de um comportamento que induz a criança a agir e se assemelhar a um adulto, o que, em nossa compreensão, caracteriza-se como a erotização do corpo infantil, ocasionado o fenômeno de adultização, o que leva a criança a não só vestir-se como adulto, mas, também, a comportar-se de maneira inadequada a sua idade, o que acaba comprometendo a sua formação identitária.

Isso confirma o que é apresentado por Bauman (2008, p.73), quando diz que [...] “tão logo aprendem a ler, ou talvez bem antes, a ‘dependência das compras’ se estabelece nas crianças. [...] Numa sociedade de consumidores, todo mundo precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação”. Assim, por meio de produtos e serviços oferecidos a criança, assiste-se a produção de um novo sujeito, ou seja, uma retipificação da criança, o pequeno adulto, conforme vimos nos comerciais apresentados.

Em todas as imagens, as crianças mostram-se como consumidores em grande potencial e, com isso, como nos afirma Dornelles (2005, p. 94), “não se consome apenas o objeto em si, mas tudo aquilo que ele possa representar para meninos e meninas, status, conforto, desejos e beleza, saber, poder” [...].

Em seus estudos, Dornelles (2005), mostra que o consumismo infantil é uma nova forma de viver a infância, a denominada cyber-infância. Nesse sentido, Dornelles (2005, p. 78) analisa a cyber-infância como aquela afetada pelas

[...] novas tecnologias que vêm produzindo a infância entendida como perigosa. Produz-se nos adultos certo sentimento de medo desta infância visto que ela nos escapa. Vê-se na cyber-infância um perigo, talvez por não se ter produzido um saber suficiente para controlá-la ou porque não se consegue melhor governá-la.

Diante dessas evidências, é importante reconduzir a criança ao mundo infantil, entendendo que ela tem uma maneira específica de ser e estar no mundo, o que difere da fase adulta, conforme já falamos ao longo deste estudo. Portanto, como educadores precisamos estar atentos a isso, porque são esses os sujeitos infantis que permeiam os espaços educativos e trazem consigo características facilmente observáveis em relação à influência exercida pela moda e pelos meios de comunicação.

Só reafirmando, a partir desse cenário em que a entrada de crianças no universo de consumidores é cada vez mais precoce, cabe registrar que nossas crianças deixam de viver sua infância para viver a vida de um adulto, esquecendo até de suas brincadeiras, atividade por excelência no universo infantil.

Sabemos que ao longo de sua história, as crianças têm sido formadas em diferentes espaços, que disciplinam e governam suas ações, como por exemplo, os espaços familiares e as escolas. Para entendermos a produtividade social e o poder disciplinar desses espaços, Foucault (1989, p. 189) afirma que a disciplina seria uma maneira de se exercer o poder, que comportaria todo um conjunto de elementos, de instrumentos, de aplicação, de alvos. Assim, o autor defende que:

A ‘disciplina’ não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 1989, p.189).

Em meio a tudo isso, vale ressaltar que as instituições escolares também elaboram estratégias para reconstruir e representar o corpo infantil, pois as mesmas são organizadas de práticas disciplinares que controlam o corpo, fazendo com que se tenha um domínio mais eficaz sobre os mesmos. Foucault (1989) chamava isso de docilização dos corpos. Sendo assim, a escola é uma das instituições que vai instaurar, em seu funcionamento, as múltiplas verdades sobre o corpo, produzindo um “corpo dócil e educado”. Na concepção de Louro (2004, p.14),



Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas.

Quanto a isso, Foucault (1989, p.119) afirma que “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe.”. Desse modo, através dos recursos educacionais, a escola usa do poder disciplinar para reprimir o corpo das crianças e jovens os tornando obedientes e dóceis. Isso nos remete a ideia de governo, onde dos espaços em que a criança se encontra acontece governo de si e o governo de outros. Esse governo na visão de Foucault (1995, p. 244) é entendido como

[...] maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros. O modo de relação próprio do poder não deveria, portanto, ser buscado do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntária [...]; porém, do lado deste modo de ação singular [...] que é o governo.

Assim, compreendemos tanto a mídia quanto a escola como locus privilegiado de adestramento dos corpos, ou seja, máquinas que governam a infância, moldando seus comportamentos fabricando sujeitos que deverão agir conforme a determinação do outro.

### **3.2. O discurso midiático e o processo de adultização das crianças: implicações na prática educativa**

Diante dessas mudanças na sociedade contemporânea, faz-se necessário repensar as práticas educativas destinadas à criança e redefinir o papel da escola, pois a mesma, assim como a família e a sociedade, como um todo, têm a responsabilidade na formação das crianças. Nesse contexto, considera-se que é preciso se posicionar diante dos impactos impostos pelas representações sociais conduzidas pela mídia, como forma

de preservar valores infantis e conceitos que possam prejudicar seu amadurecimento, que ocorrerá, provavelmente, de maneira precoce, descaracterizando a infância e transformando as crianças em adultos em miniatura.

Como já mencionamos ao longo desse trabalho, observa-se que as crianças vêm sendo alvo de constantes e acelerados investimentos, através de comerciais e propagandas, principalmente, por meio televisivo.

Sabemos que antes mesmo de ter acesso à escola, as crianças de Educação Infantil têm contato com a mídia, por isso, negar essas informações que a mídia apresenta, é uma forma de legitimá-la. Assim sendo, faz necessário o uso dos meios midiáticos na escola, pois os mesmos contribuem positivamente com o desenvolvimento da criança, no entanto, cabe aos professores e à escola assumir o papel de mediadores críticos do processo de recepção. Quando isso não acontece, a ação pedagógica tende à reprodução cultural e social simultaneamente.

Vale ressaltar que não podemos generalizar, pois mídia não pode ser vista somente como um meio manipulador, uma vez que, por meio dela, as pessoas podem se apropriar de informações relevantes, ter acesso a diferentes culturas, se conectar com pessoas de todo o mundo, pois ela não é apenas um veículo de propagação ao consumo exagerado, visto que ela pode ser usada para fins educativos e sociais.

No processo de interação das crianças com as mídias, o professor é uma figura que desempenha um papel significativo e estruturador da aprendizagem e construção de conhecimento dos alunos no espaço escolar. No entanto, o que verificamos é que, na maioria das vezes, a mediação dos professores nas escolas é realizada apenas no sentido de reprodução sem a valorização das especificidades das crianças, pois a escola é ainda um espaço da construção, de reconstrução simbólica e de produção do conhecimento.

Uma questão importante a ressaltar em relação à proposta educacional, é que a ação educativa não deve ser realizada como uma ação de reprodução e disciplinadora, mas é preciso pensar as ações educativas com as crianças a partir de observações e escuta, principalmente quando se trata de crianças pequenas. Para Freire (1991, p. 135),

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. Isto não quer dizer, evidentemente, que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala (1991, p. 135).

Em outras palavras, a capacidade de escuta é indispensável à docência e esta capacidade está condicionada aos saberes necessários à prática educativa.

Neste sentido, Bourdieu (1975) considera o processo educativo uma ação coercitiva, definindo a ação pedagógica como um ato de violência, de força. Desse modo, o sistema educacional consegue reproduzir, por meio de uma violência simbólica, as relações de dominação, ou seja, a estrutura de classes, reproduzindo de maneira diferenciada a ideologia da classe dominante.

Assim, a ação de reprodução e disciplinamento é visível tanto no seio familiar como nas escolas, através das relações de poder existentes entre os sujeitos inseridos nesses espaços. No entanto, vale ressaltar que as experiências vividas pelas crianças entre seus pares são de suma importância para sua formação como sujeito social e cultural. Nessa linha de pensamento, faz-se necessário considerar as crianças como produtores de cultura, uma cultura própria da infância.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados na presente pesquisa, cujo objetivo foi analisar a influência da mídia no processo de normatização e adultização da criança, considerando que, cada vez mais, as crianças são expostas a diversos estímulos pertencentes ao mundo adulto, nos revelou uma reflexão acerca da influência da mídia para com a criança em processo de formação.

Destacamos, dentre tantos fatores, que as crianças estão se apropriando de comportamentos, atitudes, hábitos, responsabilidades e ações típicas de uma vida de adulto, o que nos revela o encurtamento ou o desaparecimento da infância. Temos, no contexto atual, uma infância marcada por um modelo idealizado de criança influenciado pelos meios midiáticos, muitas vezes, apresentando-a em uma imagem erotizada, cuja aparência apresenta-se com apelos sexuais, que acabam por antecipar práticas adultocêntricas, impactando na formação das crianças.

É possível dizer, ainda, que não se pode refletir sobre as crianças na sociedade contemporânea sem pensar nos diversos fragmentos culturais que constituem esse novo sentimento de infância, infância marcada pela mídia, pela tecnologia e pelas ofertas de produtos para consumo. No entanto, transformar a criança em um adulto em miniatura nos traz preocupações acerca de práticas pedagógicas, também adultizadas, cujos conteúdos a ela destinados refletem na antecipação da escolarização.

Vale destacar que tanto a mídia quanto a escola constitui-se locus privilegiado de adestramento dos corpos, ou seja, máquinas que governam a infância moldando seus comportamentos fabricando sujeitos que deverão agir conforme a determinação do outro. Nesse sentido, é importante se pensar a educação escolar para as crianças pequenas, diferente do que está imposto, ou seja, uma educação que desenvolva valores, sentimentos e cidadania, podendo selecionar o que se destina a criança e o que é pertinente ao adulto.

Por fim, esta pesquisa é de suma importância para que se tenha um olhar crítico sobre a influência midiática no comportamento de nossas crianças, em processo de formação, apontando para a necessidade de um olhar cuidadoso para com as experiências proporcionadas às crianças com vistas a promover atividades voltadas para a especificidade e particularidade do mundo infantil, distanciando-as do mundo adulto.

## 5. REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Trad. Dora Faksman. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo – A Transformação das Pessoas em Mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO, Soraya Maria Barros de Almeida. **A centralidade da maternagem na relação pedagógica da Educação Infantil**: o discurso de docentes e famílias usuárias de creche. Campina Grande: UEPB, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1991.

CORSARO, W. A. **Métodos etnográficos no estudo de cultura de pares e das transições iniciais da vida das crianças**. In: MÜLLER, F.; CARVALHO, A. M. A. Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Reprodução interpretativa e cultura de pares**. In: MÜLLER, F.; CARVALHO, A. M. A. Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009b.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam**: da criança na rua à criança cyber. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel; **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão** – Trad. Raquel Ramallete – Petrópolis, 1989.

\_\_\_\_\_. **O sujeito e o poder**. In.: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GIL-PEREZ, D. et al. **A necessária renovação do ensino das ciências**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, escola e identidade**. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-76, jul./dez. 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 92p.

LUZ, Iza Rodrigues da. Contribuições da sociologia da infância à Educação Infantil. Revista Paideia, 2008.

POSTMAN, Neil. **O Desaparecimento da Infância**. Tradução: Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2012.

PRIORE, Mary Del Priore (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio, ou Da Educação**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho: 1997.

SARMENTO, M. J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade**. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação. Porto: ASA, 2004.

UNICEF. *Direitos negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil*. 2.ed. Brasília: Unicef, 2006. 229 p. Disponível [https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10525.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10525.html). Acesso em 07/10/2017.